



Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA - ADMINISTRATIVA - ANALISTA JUDICIAL

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo cem questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Conhecimentos Básicos



1

A charge acima mostra uma crítica:

- (A) à forma modernamente egoísta de os jovens se comunicarem;
- (B) ao processo comunicativo tecnológico que isola as pessoas;
- (C) ao descaso de muitos jovens em relação ao sentimento dos mais velhos;
- (D) aos novos aplicativos tecnológicos que restringem a comunicação aos que estão afastados;
- (E) ao fato de muitas pessoas só saberem comunicar-se por meio de língua escrita.

2

A linguagem verbal empregada na charge mostra:

- (A) desvios da norma culta;
- (B) traços de regionalismo;
- (C) marcas de linguagem coloquial;
- (D) sinais de linguagem formal;
- (E) aspectos de uma linguagem arcaica;

Texto 1

O site Cracked separou sete coisas que ninguém sabia sobre os celulares. São várias teorias sobre a nocividade dos aparelhos sobre o corpo humano. Quer saber quais são elas? Então vamos à lista:

1. Celulares são responsáveis pela destruição de famílias

Antes dos telefones celulares, os casais eram muito mais fiéis. Atualmente, a grande maioria dos casos de adultério é combinada por telefones pessoais, pois dessa forma não há tanto risco de outra pessoa atender às ligações. Isso sem falar em reuniões familiares, que são constantemente atrapalhadas (ou ignoradas) por filhos e filhas que preferem as mensagens de texto às conversas com os pais.

2. Ele põe sua vida em risco

No Brasil, falar ao celular enquanto se está no volante é uma infração de trânsito. Isso acontece porque o telefone realmente tira a atenção dos motoristas. Mas há relatos de que a distração causada pelos celulares vai muito mais além: até mesmo quando estamos caminhando, ficamos mais suscetíveis a acidentes quando estamos em ligações.

3. Seu telefone é uma colônia de bactérias

Um dos principais problemas dos celulares são os micróbios. Muitos utilizam os aparelhos no banheiro, o que pode infectá-los com bactérias dos mais variados tipos. Sujeiras dos bolsos, chão e mesas também afetam os telefones. Em suma, os celulares são verdadeiras colônias de germes e outros pequenos vilões da saúde humana.

4. Mensagens estão em nosso subconsciente

Um estudo alemão mostrou que grande parte das pessoas de até 30 anos está com os caminhos para a digitação de mensagens gravados no subconsciente. Isso significa que, mesmo sem um teclado visível, os usuários conseguem saber onde estão as letras de seus celulares.

Parece o mesmo que acontece com os teclados de computadores, mas nos experimentos somente os números eram mostrados e, incrivelmente, as pessoas envolvidas conseguiam decifrar os códigos mais rapidamente.

5. Você está perdendo seus sentidos

Em uma velocidade muito baixa, mas isso está acontecendo. Possivelmente os celulares estejam fazendo com que seus olhos sejam afetados (a radiação faz com que eles sejam aquecidos). Além disso, a audição pode estar sendo afetada por volumes muito altos em fones de ouvido.

6. Eles deixam as crianças malcriadas

Estudos mostram um dado curioso. Mulheres que usam celular durante a gravidez e durante os primeiros anos de vida de seus bebês têm 50% a mais de chances de terem filhos com sérios problemas comportamentais. A causa disso? A radiação por celulares estaria estimulando a liberação de melatonina (um hormônio que regula várias funções corporais).

7. Celulares podem causar esterilidade

Segundo apontam cientistas, celulares emitem radiação eletromagnética. É ela que, supostamente, causa danos ao cérebro. Novas teorias apontam para o fato de que essa mesma radiação poderia ser responsável por afetar também o sistema reprodutor dos homens. Como os celulares ficam muito tempo nos bolsos, isso poderia ser uma causa da esterilidade.

3

“O site Cracked separou sete coisas que ninguém sabia sobre os celulares”.

A forma de reescrever-se essa primeira frase do texto 1 que altera o seu sentido original é:

- (A) Sete coisas que ninguém sabia sobre os celulares foram separadas pelo site Cracked.
- (B) Ninguém sabia sobre os celulares as sete coisas que foram separadas pelo site Cracked.
- (C) O site Cracked separou sete coisas sobre os celulares, desconhecidas por todos.
- (D) O site Cracked separou, sobre os celulares, sete coisas que ninguém sabia.
- (E) O site Cracked sobre os celulares separou sete coisas que ninguém sabia.

4

“O site Cracked separou sete coisas que ninguém sabia sobre os celulares”.

Trocando o verbo dessa frase do texto 1, a forma errada quanto à norma culta é:

- (A) O site Cracked separou sete coisas a que ninguém conhecia sobre os celulares.
- (B) O site Cracked separou sete coisas de que ninguém se lembrava sobre os celulares.
- (C) O site Cracked separou sete coisas que ninguém esquecia sobre os celulares.
- (D) O site Cracked separou sete coisas sobre que ninguém discutia sobre os celulares.
- (E) O site Cracked separou sete coisas a que ninguém se referia sobre os celulares.

5

“São várias teorias sobre a nocividade dos aparelhos sobre o corpo humano”.

A teoria citada que é inadequada em relação a essa observação inicial do texto é:

- (A) Celulares podem causar esterilidade;
- (B) Você está perdendo seus sentidos;
- (C) Ele põe sua vida em risco;
- (D) Mensagens estão em nosso subconsciente;
- (E) Seu telefone é uma colônia de bactérias.

6

“São várias teorias sobre a nocividade dos aparelhos sobre o corpo humano”.

Pode-se inferir da leitura exclusiva desse segmento do texto 1 que as teorias citadas:

- (A) limitam-se aos aparelhos celulares;
- (B) são variadas porque de diferentes autores;
- (C) falam dos aspectos positivos e negativos dos celulares;
- (D) são somente algumas das várias teorias possíveis;
- (E) se referem aos males causados ao corpo e à mente.

7

“Quer saber quais são elas?”

Essa pergunta do parágrafo inicial do texto 1 tem a função de:

- (A) mostrar a superioridade de conhecimento do autor do texto;
- (B) provocar a interação entre leitor e autor;
- (C) demonstrar a qualidade intelectual do leitor;
- (D) criar um suspense sobre a narrativa;
- (E) organizar o texto argumentativamente.

8

“O site Cracked separou sete coisas que ninguém sabia sobre os celulares. São várias teorias sobre a nocividade dos aparelhos sobre o corpo humano. Quer saber quais são elas? Então vamos à lista”.

Num texto aparecem termos cuja finalidade é estabelecer relações semânticas com elementos anteriores, criando coesão. Nesse segmento do texto 1, o termo que NÃO se refere ou substitui um termo anterior é:

- (A) que;
- (B) teorias;
- (C) aparelhos;
- (D) quais;
- (E) elas.

Observe a charge abaixo:



9

O segmento da segunda teoria citada que se relaciona diretamente aos elementos dessa charge de Amarildo, publicada em outubro de 2015, é:

- (A) ele põe sua vida em risco;
- (B) no Brasil, falar ao celular enquanto se está no volante é uma infração de trânsito;
- (C) isso acontece porque o telefone realmente tira a atenção dos motoristas;
- (D) mas há relatos de que a distração causada pelos celulares vai muito mais além;
- (E) até mesmo quando estamos caminhando, ficamos mais suscetíveis a acidentes quando estamos em ligações.

10

Sobre os elementos presentes na charge anterior, é correto afirmar que:

- (A) a culpa maior do futuro acidente cabe ao transeunte;
- (B) a culpa do motorista é agravada pelo fato de o transeunte estar atravessando na faixa de pedestres;
- (C) o celular do motorista deveria estar colocado em suas mãos e não no banco de trás;
- (D) ao transeunte não cabe qualquer culpa por estar distraído, digitando no celular;
- (E) os jovens são indiretamente criticados por serem os usuários mais frequentes de celulares.

11

A primeira teoria informa que “Celulares são responsáveis pela destruição de famílias”. Trata-se de uma:

- (A) informação fundamentada em pesquisa;
- (B) constatação a partir de fatos;
- (C) opinião profundamente exagerada;
- (D) observação baseada em preconceitos;
- (E) afirmação criada por mentes conservadoras.

12

Ao dizer que “Antes dos telefones celulares, os casais eram muito mais fiéis”, o autor do texto 1:

- (A) comete um erro argumentativo, pois o telefone celular só facilita a infidelidade e não a cria;
- (B) mostra uma preocupação moralizante digna de aplauso;
- (C) indica um problema que, de fato, não existiria se não existissem os celulares;
- (D) destaca uma relação perfeita de causa e consequência: telefone celular/infidelidade conjugal;
- (E) aponta uma crítica aos casamentos modernos, de mais liberdade entre os cônjuges.

13

Entre os segmentos abaixo, aquele em que o grau destacado contraria a lógica, pois a qualidade apontada NÃO admite gradação é:

- (A) “Mas há relatos de que a distração causada pelos celulares vai muito mais além”;
- (B) “Muitos utilizam os aparelhos no banheiro, o que pode infectá-los com bactérias dos mais variados tipos”;
- (C) “...as pessoas envolvidas conseguiam decifrar os códigos mais rapidamente”;
- (D) “...ficamos mais suscetíveis a acidentes quando estamos em ligações”;
- (E) “Antes dos telefones celulares, os casais eram muito mais fiéis”.

14

Entre os advérbios sublinhados abaixo, aquele que mostra o valor de tempo é:

- (A) “Atualmente, a grande maioria dos casos de adultério é combinada por telefones pessoais, pois dessa forma não há tanto risco de outra pessoa atender às ligações”.
- (B) “Isso sem falar em reuniões familiares, que são constantemente atrapalhadas (ou ignoradas) por filhos e filhas”.
- (C) “Isso acontece porque o telefone realmente tira a atenção dos motoristas”.
- (D) “as pessoas envolvidas conseguiam decifrar os códigos mais rapidamente”.
- (E) “Possivelmente os celulares estejam fazendo com que seus olhos sejam afetados”.

15

“Isso sem falar em reuniões familiares, que são constantemente atrapalhadas (ou ignoradas) por filhos e filhas que preferem as mensagens de texto às conversas com os pais”.

Nesse segmento do texto 1 há uma incoerência aparente, que é:

- (A) as mensagens de texto citadas também podem ser dos pais e, portanto, não haveria preferência;
- (B) o texto declara que não falaria das reuniões familiares, mas acaba falando de suas perturbações;
- (C) o autor do texto separa os filhos em “filhos e filhas”, quando a forma masculina plural já incorpora os dois sexos;
- (D) as conversas com os pais não são, de fato, deixadas de lado, mas preferidas às demais;
- (E) as reuniões familiares não contam com todos os elementos da família, já que filhos e filhas estão ausentes.

16

A frase abaixo em que o vocábulo POR tem valor semântico diferente dos demais é:

- (A) “Atualmente, a grande maioria dos casos de adultério é combinada por telefones pessoais, pois dessa forma não há tanto risco de outra pessoa atender às ligações”;
- (B) “Isso sem falar em reuniões familiares, que são constantemente atrapalhadas (ou ignoradas) por filhos e filhas que preferem as mensagens de texto às conversas com os pais”;
- (C) “Mas há relatos de que a distração causada pelos celulares vai muito mais além”;
- (D) “Além disso, a audição pode estar sendo afetada por volumes muito altos em fones de ouvido”;
- (E) “A radiação por celulares estaria estimulando a liberação de melatonina”.

17

“No Brasil, falar ao celular enquanto se está no volante é uma infração de trânsito. Isso acontece porque o telefone realmente tira a atenção dos motoristas. Mas há relatos de que a distração causada pelos celulares vai muito mais além: até mesmo quando estamos caminhando, ficamos mais suscetíveis a acidentes quando estamos em ligações”.

Nesse segmento do texto 1 há uma série de conectores sublinhados; o substituto inadequado a um desses conectores é:

- (A) enquanto / ao mesmo tempo em que;
- (B) porque / em função de que;
- (C) mas / no entanto;
- (D) até mesmo / justamente;
- (E) quando / enquanto.

Observe a charge abaixo:



18

Nessa charge de Denny, a principal crítica se volta contra:

- (A) a má qualidade das operadoras de telefonia;
- (B) o preconceito contra os que estão privados de liberdade;
- (C) o péssimo controle interno dos presídios;
- (D) a má qualificação dos presos;
- (E) o mau estado das prisões brasileiras.

19

A fala da funcionária “OK, Senhor. Vou estar anotando o seu problema para estar agendando a visita de um técnico” mostra uma marca típica desse modo de falar, que é:

- (A) a presença marcante de estrangeirismos;
- (B) o emprego de uma linguagem demasiadamente erudita;
- (C) o mau uso do gerúndio;
- (D) a completa falta de objetividade na mensagem;
- (E) a ausência de tratamento individualizado.

20

“Que porcaria de operadora! Se fosse na cadeia aposto que tava funcionando!”

Essa fala do preso mostra o emprego coloquial da língua portuguesa; em variante de norma culta, essa mesma frase seria:

- (A) Que operadora porca! Se fosse na cadeia aposto que estava funcionando;
- (B) Que operadora ruim! Se fosse na cadeia, aposto que estaria funcionando;
- (C) Que porcaria de operadora! Se estivesse na cadeia, garanto que estava funcionando;
- (D) Que operadora horrível! Se estivesse na cadeia, aposto que estaria funcionando;
- (E) Que operadora deficiente! Se fosse na cadeia, garanto que estava funcionando muito bem.

21

Tendo em vista o ambiente interno das prisões brasileiras, podemos estabelecer uma relação entre os celulares e a seguinte teoria do texto 1:

- (A) Você está perdendo seus sentidos;
- (B) Eles deixam as crianças malcriadas;
- (C) Ele põe sua vida em risco;
- (D) Seu telefone é uma colônia de bactérias;
- (E) Celulares podem causar esterilidade.

22

A frase abaixo em que o vocábulo MUITO pertence a uma classe gramatical diferente das demais é:

- (A) “Como os celulares ficam muito tempo nos bolsos, isso poderia ser uma causa da esterilidade”;
- (B) “Antes dos telefones celulares, os casais eram muito mais fiéis”;
- (C) “Mas há relatos de que a distração causada pelos celulares vai muito mais além”;
- (D) “Em uma velocidade muito baixa, mas isso está acontecendo”;
- (E) “Além disso, a audição pode estar sendo afetada por volumes muito altos em fones de ouvido”.

23

Nos segmentos do texto 1 abaixo, há propostas de substituições dos trechos sublinhados; a substituição que está adequadamente feita, por não modificar o sentido original, é:

- (A) “São várias teorias sobre a nocividade dos aparelhos sobre o corpo humano”/ teorias várias;
- (B) “ficamos mais suscetíveis a acidentes quando estamos em ligações”/ incidentes;
- (C) “Novas teorias apontam para o fato de que essa mesma radiação poderia ser responsável...”/ teorias novas;
- (D) “Celulares são responsáveis pela destruição de famílias”/ familiar;
- (E) “grande parte das pessoas de até 30 anos está com os caminhos para a digitação de mensagens gravados no subconsciente” / estão.

24

O segmento textual em que a preposição é uma exigência de um termo anterior é:

- (A) digitação de mensagens;
- (B) fones de ouvido;
- (C) letras de seus celulares;
- (D) teclados de computadores;
- (E) casos de adultério.

25

O segmento do texto 1 que mostra distanciamento do autor do texto em relação à opinião emitida é:

- (A) “Isso acontece porque o telefone realmente tira a atenção dos motoristas”.
- (B) “Um dos principais problemas dos celulares são os micróbios”.
- (C) “No Brasil, falar ao celular enquanto se está no volante é uma infração de trânsito”.
- (D) “Segundo apontam cientistas, celulares emitem radiação eletromagnética”.
- (E) “Em suma, os celulares são verdadeiras colônias de germes e outros pequenos vilões da saúde humana”.

26

O texto 1 é marcado pela imprecisão; o segmento do texto em que essa imprecisão está ausente é:

- (A) “É ela que, supostamente, causa danos ao cérebro”.
- (B) “Novas teorias apontam para o fato de que essa mesma radiação poderia ser responsável por afetar também o sistema reprodutor dos homens”.
- (C) “Parece o mesmo que acontece com os teclados de computadores, mas nos experimentos somente os números eram mostrados...”.
- (D) “Possivelmente os celulares estejam fazendo com que seus olhos sejam afetados...”.
- (E) “Atualmente, a grande maioria dos casos de adultério é combinada por telefones pessoais, pois dessa forma não há tanto risco de outra pessoa atender às ligações...”.

27

A frase “Eles deixam as crianças malcriadas” traz uma possível ambiguidade, que se repete em:

- (A) Eles abandonaram os aparelhos prejudiciais;
- (B) Os estudantes desprezaram os celulares importados;
- (C) Os meninos deixaram os telefones de plástico;
- (D) As operadoras largaram os clientes exigentes;
- (E) Os operadores não atendiam ninguém de roupa suja.

28

“Atualmente, a grande maioria dos casos de adultério é combinada por telefones pessoais, pois dessa forma não há tanto risco de outra pessoa atender às ligações”.

A afirmação correta sobre a estrutura desse segmento do texto 1 é:

- (A) o vocábulo “adultério” apresenta uma terminação do mesmo valor de “necrotério”;
- (B) a forma verbal “é combinada” é exemplo de voz reflexiva;
- (C) o termo “dessa forma” se refere a uma forma citada na continuidade futura do texto;
- (D) a primeira vírgula do segmento marca a presença de um termo deslocado da ordem direta;
- (E) “telefones pessoais” equivale semanticamente a telefones fixos.

29

“Atualmente, a grande maioria dos casos de adultério é combinada por telefones pessoais, pois dessa forma não há tanto risco de outra pessoa atender às ligações”.

A frase “de outra pessoa atender às ligações” pode ser corretamente substituída, de forma adequada ao contexto, por:

- (A) de que outra pessoa atendesse às ligações;
- (B) de atendimento às ligações de outra pessoa;
- (C) de que outra pessoa atenda às ligações;
- (D) de que outra pessoa atendeu às ligações;
- (E) de que outra pessoa tivesse atendido às ligações.

30

“Isso acontece porque o telefone realmente tira a atenção dos motoristas”.

Nessa frase do texto 1, a forma “porque” aparece corretamente grafada; a frase abaixo em que essa forma deveria ser substituída por “por que” é:

- (A) Deixou o celular porque o prejudicava;
- (B) Não sabia porque os aparelhos eram abandonados;
- (C) Desconhecia o porquê de os jovens ficarem viciados;
- (D) Todos viajavam porque lá os celulares eram mais baratos;
- (E) Não usavam celulares porque não confiavam nos aparelhos.

Conhecimentos Específicos

31

Uma loja em liquidação oferece todos os seus produtos com um desconto de 30%.

Nessa loja, um produto que custava inicialmente R\$ 240,00 está sendo vendido por:

- (A) R\$ 72,00;
- (B) R\$ 144,00;
- (C) R\$ 168,00;
- (D) R\$ 172,00;
- (E) R\$ 210,00.

32

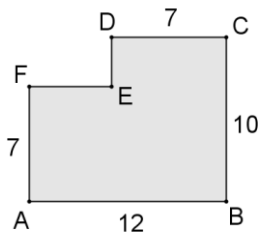
Odete tem algumas manias, entre as quais, sapatos e uma preferência por números ímpares. Assim, ela resolveu etiquetar sua coleção de pares de sapatos usando a sequência dos números naturais ímpares. O primeiro par de sapatos foi etiquetado com o número 1 e o último par de sapatos que ela comprou recebeu o número 47.

A quantidade de pares de sapatos que Odete possui é:

- (A) 47;
- (B) 25;
- (C) 24;
- (D) 23;
- (E) 22.

33

A figura a seguir mostra um salão poligonal ABCDEF, onde os ângulos internos nos vértices A, B, C, D e F são retos e as medidas indicadas estão em metros.



O perímetro e a área desse salão são, respectivamente:

- (A) 105 m e 44 m²;
- (B) 44 m e 105 m²;
- (C) 120 m e 36 m²;
- (D) 36 m e 120 m²;
- (E) 120 m e 44 m².

34

Dois médicos atendem 24 pacientes em 6 horas. Mantidas as proporções, três médicos atendem 24 pacientes em:

- (A) 9 horas;
- (B) 8 horas;
- (C) 6 horas;
- (D) 4 horas;
- (E) 3 horas.

35

Em uma determinada empresa, metade de seus funcionários vai para casa de ônibus, um quinto vai de carro, um oitavo vai de bicicleta e os demais vão a pé.

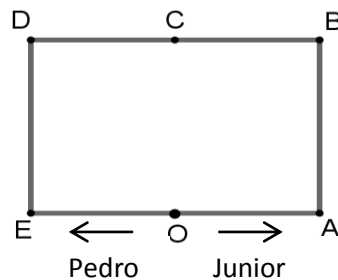
A fração dos funcionários que vai para casa a pé equivale a:

- (A) $\frac{4}{5}$;
- (B) $\frac{3}{15}$;
- (C) $\frac{7}{15}$;
- (D) $\frac{3}{40}$;
- (E) $\frac{7}{40}$.

36

Pedro caminha qualquer distância em um quarto do tempo que seu filho Junior leva para caminhar a mesma distância.

Pedro e Junior partem simultaneamente do ponto O, em direções opostas, caminhando na pista retangular mostrada a seguir, na qual O e C são, respectivamente, os pontos médios de EA e DB. As dimensões da pista retangular, em metros, são EA = 13 e AB = 7.



Quando Pedro e Junior se encontrarem pela primeira vez, eles estarão mais perto do ponto:

- (A) A;
- (B) B;
- (C) C;
- (D) D;
- (E) E.

37

Para estimar o valor da diferença $A - B$, Tales diminuiu o valor de A de um pequeno valor positivo e aumentou o valor de B do mesmo pequeno valor, subtraindo então os resultados encontrados.

A estimativa obtida por Tales foi obrigatoriamente:

- (A) zero;
- (B) igual a $A - B$;
- (C) igual a $B - A$;
- (D) menor que $A - B$;
- (E) maior que $A - B$.

38

Teófilo pagou sua fatura do cartão de crédito com atraso. Por esse motivo, foram cobrados 12% de juros e Teófilo pagou o total de R\$ 672,00.

Se Teófilo tivesse pago sua fatura sem atraso, o valor seria:

- (A) R\$ 591,36;
- (B) R\$ 600,00;
- (C) R\$ 602,54;
- (D) R\$ 610,00;
- (E) R\$ 612,64.

39

Considere a sentença: “Se gosto de capivara, então gosto de javali”.

Uma sentença logicamente equivalente à sentença dada é:

- (A) Se não gosto de capivara, então não gosto de javali.
- (B) Gosto de capivara e gosto de javali.
- (C) Não gosto de capivara ou gosto de javali.
- (D) Gosto de capivara ou não gosto de javali.
- (E) Gosto de capivara e não gosto de javali.

40

Em um caixote há 10 dúzias de laranjas, pelo menos 2 laranjas estão verdes e, entre quaisquer 6 laranjas desse caixote, pelo menos 2 estão maduras.

É correto afirmar que nesse caixote há:

- (A) no mínimo 116 laranjas maduras;
- (B) no máximo 116 laranjas maduras;
- (C) no mínimo 116 laranjas verdes;
- (D) no máximo 116 laranjas verdes;
- (E) exatamente 116 laranjas verdes.

41

Barbosa afirmou: “Todo cidadão brasileiro tem direito à educação e à saúde”.

A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Nenhum cidadão brasileiro tem direito à educação e à saúde.
- (B) Nenhum cidadão brasileiro tem direito à educação ou à saúde.
- (C) Todo cidadão brasileiro não tem direito à educação e à saúde.
- (D) Algum cidadão brasileiro não tem direito à educação ou à saúde.
- (E) Algum cidadão brasileiro não tem direito à educação nem à saúde.

42

Em um saco A há somente fichas vermelhas e em um saco B há somente fichas amarelas, sendo 7 fichas em cada saco. Retiram-se 3 fichas do saco A, que são então colocadas no saco B. Depois, retiram-se aleatoriamente 3 fichas do saco B, que são então colocadas no saco A.

É correto concluir que ao final do procedimento descrito:

- (A) há no máximo 4 fichas vermelhas no saco A;
- (B) há exatamente 4 fichas vermelhas no saco A;
- (C) há exatamente 4 fichas amarelas no saco B;
- (D) o número de fichas amarelas no saco A é menor do que o número de fichas vermelhas no saco B;
- (E) o número de fichas vermelhas no saco A é igual ao número de fichas amarelas no saco B.

43

Em uma urna há somente bolas brancas, bolas pretas e bolas vermelhas. Para cada bola branca há três bolas pretas e para cada duas bolas pretas há cinco bolas vermelhas.

A razão entre a quantidade de bolas pretas e a quantidade total de bolas na urna é:

- (A) $\frac{3}{10}$;
- (B) $\frac{4}{19}$;
- (C) $\frac{5}{21}$;
- (D) $\frac{6}{23}$;
- (E) $\frac{7}{25}$.

44

Considere a sequência TJPITJPITJPIT... onde as quatro letras TJPI se repetem indefinidamente.

Desde a 70ª até a 120ª letras dessa sequência, a quantidade de letras P é:

- (A) 12;
- (B) 13;
- (C) 14;
- (D) 15;
- (E) 16.

45

Em uma urna há quatro bolas brancas e duas bolas pretas. Retiram-se, sucessivamente e sem reposição, duas bolas da urna.

A probabilidade de as duas bolas retiradas serem da mesma cor é:

- (A) $\frac{7}{15}$;
- (B) $\frac{8}{15}$;
- (C) $\frac{2}{3}$;
- (D) $\frac{1}{3}$;
- (E) $\frac{1}{2}$.

46

Considerando as regras básicas de organização e divisão judiciária, é correto afirmar que o Estado do Piauí, para fins de administração da justiça:

- (A) é dividido em seções judiciárias e termos provincianos;
- (B) divide-se em comarcas e termos judiciários;
- (C) constitui uma só comarca para fins de competência judicial;
- (D) divide-se em comarcas e em câmaras;
- (E) é dividido apenas em comarcas.

47

Télio foi aprovado em concurso público para um cargo regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Piauí. À luz dessa sistemática legal, é correto afirmar que Télio deverá:

- (A) apresentar, no ato da posse, declaração dos bens e valores que constituem o seu patrimônio;
- (B) iniciar imediatamente o exercício das funções, o que caracteriza a posse no cargo;
- (C) necessariamente aguardar o início do próximo exercício financeiro para tomar posse;
- (D) tomar posse no cargo pessoalmente, vedada a emissão de procuração para esse fim, ainda que específica;
- (E) o ato de provimento do cargo deve ser emitido no prazo de trinta dias, a contar da posse.

48

A respeito do rebaixamento e da extinção das comarcas, verdadeiras unidades territoriais de administração da justiça, é correto afirmar que:

- (A) a supressão dos requisitos para que se crie comarca pode acarretar a sua extinção;
- (B) a legislação de regência não permite que uma comarca seja rebaixada de entrância;
- (C) a extinção de comarca somente é possível mediante plebiscito da população interessada;
- (D) uma vez criada a comarca, a legislação de regência veda a sua extinção;
- (E) a extinção de comarca é exemplo de ato discricionário, não exigindo a presença de nenhum requisito legal.

49

O quadro de pessoal efetivo do Poder Judiciário do Estado do Piauí é organizado com o recurso aos conceitos de “grupos funcionais” e “carreiras”. A respeito da essência e da inter-relação entre essas figuras jurídicas, é correto afirmar que:

- (A) cada área de atividades é composta por uma única carreira;
- (B) o conceito de carreira absorve o de grupos funcionais;
- (C) as carreiras somente são estruturadas em níveis;
- (D) um dos grupos funcionais é o de analista judiciário;
- (E) a cada uma das três carreiras corresponde um grupo.

50

A distribuição de processos no 1º e no 2º graus de jurisdição deve ser realizada pelas estruturas orgânicas a que se refere a lei de organização judiciária. A esse respeito, é correto afirmar que a distribuição do:

- (A) 1º grau de jurisdição é realizada pela Diretoria Geral do Tribunal de Justiça;
- (B) 2º grau de jurisdição é realizada pelo Presidente do Tribunal de Justiça;
- (C) 1º grau de jurisdição é realizada pela Corregedoria Geral da Justiça;
- (D) 2º grau de jurisdição é realizada pelo Pleno do Tribunal de Justiça;
- (E) 1º e do 2º graus de jurisdição é realizada pela Diretoria Geral do Tribunal de Justiça.

51

Pedro, servidor público estadual, encontra-se no pleno exercício de suas funções há dois anos e oito meses. Considerando os termos do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Piauí, é correto afirmar que ele:

- (A) não pode ocupar qualquer cargo de provimento em comissão;
- (B) pode gozar licença para tratar de assuntos de interesse particular;
- (C) pode ser livremente promovido na carreira a que está vinculado;
- (D) não pode ter o estágio probatório suspenso, ainda que tenha entrado em gozo de licença;
- (E) pode exercer funções de assessoramento nos dois níveis mais elevados.

52

A respeito da Escola Judiciária do Estado do Piauí – EJUD-PI, que tem a finalidade de promover o treinamento, a capacitação, a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de servidores e magistrados, é correto afirmar que:

- (A) possui um Conselho Consultivo composto exclusivamente por desembargadores;
- (B) deve ser dirigida por um Diretor-Geral, escolhido entre desembargadores ou juizes de direito;
- (C) é órgão autônomo e independente do Poder Judiciário do Estado do Piauí;
- (D) eventuais receitas decorrentes de suas atividades constituem recurso de um Fundo Especial;
- (E) os membros do seu Conselho Consultivo devem ser escolhidos pelo Pleno do Tribunal de Justiça.

53

De acordo com o Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, o desenvolvimento dos servidores efetivos na carreira:

- (A) somente pode ocorrer por promoção;
- (B) pode ocorrer por ascensão funcional ou promoção;
- (C) somente pode ocorrer por progressão funcional;
- (D) pode ocorrer por promoção ou progressão funcional;
- (E) pode ocorrer por ascensão, promoção ou progressão.

54

Considerando a organização, o funcionamento e as atribuições da Corregedoria Geral da Justiça, é correto afirmar que:

- (A) esse órgão exerce o controle dos serviços forenses e administrativos da justiça de 1º e de 2º graus;
- (B) esse órgão deve ter o Corregedor e o Vice-Corregedor Geral escolhidos em eleição separada dos demais cargos diretivos;
- (C) o Corregedor e o Vice-Corregedor Geral são afastados, desde a posse, de suas funções ordinárias;
- (D) o Vice-Corregedor Geral, em suas faltas, licenças e impedimentos, não tem substituto;
- (E) esse órgão deve realizar as correções extraordinárias determinadas pelo Conselho da Magistratura.

55

À luz da sistemática estabelecida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Piauí, é correto afirmar que a denominada “redistribuição”:

- (A) somente pode alcançar os cargos de provimento em comissão;
- (B) consiste no deslocamento do cargo de provimento efetivo para outro órgão ou entidade do mesmo Poder;
- (C) somente pode alcançar os cargos de provimento efetivo que se encontrem vagos;
- (D) não pode ser realizada *ex officio*, estando sempre sujeita à iniciativa do servidor público interessado;
- (E) não está vinculada à manutenção da essência das atribuições do cargo no órgão ou entidade de origem.

56

A avaliação de desempenho, prevista no Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, é um instrumento técnico-gerencial a respeito do qual, em relação aos planos da estrutura e da competência, é correto afirmar que:

- (A) deve ser necessariamente realizado a cada semestre;
- (B) em cada comarca há uma comissão central de avaliação;
- (C) cada unidade administrativa tem uma comissão de avaliação;
- (D) também alcançará o servidor licenciado ou afastado;
- (E) deve identificar, apenas, os casos de desempenho eficiente.

57

A respeito dos cargos de provimento em comissão e das funções de confiança, é correto afirmar, sob o prisma do Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, que:

- (A) somente os cargos em comissão destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- (B) aos magistrados competem as indicações para os cargos em comissão dos seus gabinetes;
- (C) a indicação e a nomeação para os cargos em comissão são sempre feitas pelo Presidente do Tribunal de Justiça;
- (D) as funções de confiança podem ser exercidas por servidores ocupantes de cargos efetivos ou não;
- (E) pelo menos 30% (trinta por cento) de todos os cargos em comissão devem ser preenchidos por servidores efetivos.

58

Pedro, servidor público estadual, orientado por Antônio, requereu o pagamento de ajuda de custo à Administração Pública. Considerando o disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Piauí, é correto afirmar que o requerimento de Pedro pode ser deferido caso:

- (A) tenha precisado deslocar-se da sede de suas atividades regulares, em caráter eventual, para realizar um serviço;
- (B) passe a exercer suas atividades em nova sede, em razão da posse em cargo após aprovação em concurso público;
- (C) passe a ter exercício em nova sede, no interesse do serviço, com mudança de domicílio em caráter permanente;
- (D) realize despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos;
- (E) realize despesas com transporte coletivo municipal, no deslocamento da residência para o local de trabalho.

59

Determinado Desembargador do Tribunal de Justiça do Piauí está com férias marcadas para o dia primeiro do mês subsequente. A respeito do sistema de distribuição de processos prevista no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, é correto afirmar, em relação ao referido Desembargador, que:

- (A) não lhe serão distribuídos quaisquer processos no mês que antecede as férias;
- (B) não lhe serão distribuídos quaisquer processos urgentes no mês que antecede as férias;
- (C) a distribuição de processos, urgentes ou não, será normal até o último dia do mês que antecede as férias;
- (D) nos cinco dias que antecedem as férias, não lhe serão distribuídos processos com prioridade constitucional;
- (E) nos três dias úteis que antecedem as férias, não lhe serão distribuídos processos com pedido de tutela de urgência.

60

Inácio, servidor público estadual, foi acusado de ter infringido o dever funcional de “*proceder aos descontos relativos a reposições e indenizações ao erário*”. Após regular processo administrativo disciplinar, concluiu-se, de acordo com a sistemática legal, que Inácio deveria sofrer a sanção de suspensão. Ocorre que o seu não comparecimento ao serviço poderia causar prejuízo ao interesse público. À luz da sistemática prevista no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí, é correto afirmar que Inácio:

- (A) pode ter a penalidade de suspensão convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento, ficando obrigado a permanecer em serviço;
- (B) deve necessariamente sofrer a sanção de suspensão de até 120 (cento e vinte) dias, o que decorre da obrigação de a Administração Pública cumprir a lei;
- (C) poderá sofrer a sanção de suspensão de até 90 (noventa) dias, a qual terá o seu registro cancelado após o decurso de 3 (três) anos;
- (D) pode ter a penalidade de suspensão perdoadada, o que se justifica pela predominância do interesse público sobre o particular, o que evitará prejuízo ao serviço;
- (E) somente poderá sofrer suspensão de até 15 (quinze) dias, caso seja primário e tenha bons antecedentes, bem como assuma o compromisso de não praticar outra infração.

61

A Constituição da República dispõe que são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Nesse contexto, destaca-se que:

- (A) há exclusividade no exercício das funções legislativa, administrativa e jurisdicional, respectivamente, pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, em respeito ao princípio constitucional da separação dos Poderes;
- (B) há exclusividade no exercício das funções legislativa e administrativa, respectivamente, pelos Poderes Legislativo e Executivo, mas a função jurisdicional, em nível municipal, é exercida, em regra, pelo Poder Legislativo;
- (C) não há exclusividade no exercício das funções pelos Poderes, podendo, por exemplo, o Legislativo, afora sua função típica (normativa), praticar atos no exercício de função jurisdicional, como as decisões finais dos Tribunais de Contas que têm natureza de título executivo judicial;
- (D) não há exclusividade no exercício das funções pelos Poderes, podendo, por exemplo, o Judiciário, afora sua função típica (jurisdicional), praticar atos no exercício de função normativa, como a elaboração dos regimentos internos dos Tribunais;
- (E) não há exclusividade no exercício das funções pelos Poderes, podendo, por exemplo, o Executivo, afora sua função típica (administrativa), praticar atos no exercício de função jurisdicional, como impeachment de membro do Legislativo.

62

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, sociedade de economia mista pode ser conceituada como entidade integrante da Administração:

- (A) Direta, com personalidade jurídica de direito público, criada por lei específica para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, sejam próprias e típicas do Estado, especialmente para a prestação de serviços públicos essenciais de responsabilidade do Poder Público;
- (B) Direta, com personalidade jurídica de direito público, criada por autorização legal, sob qualquer forma jurídica adequada a sua natureza, para que o Governo exerça atividades gerais de caráter econômico;
- (C) Indireta, com personalidade jurídica de direito privado, criada mediante lei específica, sob a forma de sociedade por cotas de responsabilidade limitada ou sociedade anônima, cujo controle acionário pertença ao Poder Público, tendo por objetivo exclusivamente a exploração de atividades gerais de caráter econômico;
- (D) Indireta, com personalidade jurídica de direito público, criada por autorização legal, sob a forma de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, cujo controle acionário pertença ao Poder Público, tendo por objetivo exclusivamente a exploração de atividades gerais de caráter econômico;
- (E) Indireta, com personalidade jurídica de direito privado, criada por autorização legal, sob a forma de sociedade anônima, cujo controle acionário pertença ao Poder Público, tendo por objetivo, como regra, a exploração de atividades gerais de caráter econômico e, em algumas ocasiões, a prestação de serviços públicos.

63

Agentes do órgão estadual ambiental, no exercício de suas funções, realizaram diligência em posto distribuidor de combustível e constataram diversas irregularidades, como ausência de licença ambiental e ocorrência de danos ambientais consistentes em contaminação do solo. Após regular tramitação de processo administrativo, foram aplicadas sanções legais de natureza administrativa ao infrator, como multa e interdição. No caso em tela, a atuação do órgão estadual ambiental foi baseada no chamado pela doutrina de poder administrativo:

- (A) discricionário;
- (B) sancionatório;
- (C) de polícia;
- (D) disciplinar;
- (E) de hierarquia.

64

A Lei nº 12.846/13, conhecida como Lei Anticorrupção, prevê que a autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos naquela Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte a identificação dos demais envolvidos na infração, quando couber, e:

- (A) a obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito sob apuração;
- (B) o ressarcimento integral do dano ao erário, no prazo máximo de um ano contado da celebração do acordo;
- (C) o imediato ressarcimento integral do dano ao erário, acrescido de multa cível consistente na metade daquele dano;
- (D) a prisão, em regime semiaberto, dos sócios administradores da pessoa jurídica que firmar o acordo;
- (E) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais, pelo prazo de oito anos.

65

Serviço público é toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob regime jurídico total ou parcialmente de direito público. Nesse contexto, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, destaca-se o princípio regedor dos serviços públicos da:

- (A) especificidade, segundo o qual o serviço público é prestado para determinada parcela da sociedade que tenha condições específicas para arcar com seus custos e gozar de seus benefícios;
- (B) continuidade, segundo o qual o serviço público não deve, em regra, sofrer interrupção, ou seja, sua prestação deve ser contínua para evitar que a paralisação provoque prejuízo à população;
- (C) supremacia do interesse privado, segundo o qual o serviço público deve visar ao bem estar do cidadão, individualmente considerado, pois é o destinatário final dos compromissos legais do Estado;
- (D) modicidade, segundo o qual o serviço público deve ser prestado de forma eficiente, mas visando ao lucro máximo, a fim de que a atividade seja rentável a seu executor e atenda ao interesse público;
- (E) economicidade, segundo o qual o serviço público deve ser remunerado a preços públicos mínimos, de maneira que a tarifa seja acessível a toda população e gratuita para os comprovadamente hipossuficientes.

66

José, servidor público estadual estável ocupante de cargo efetivo, foi demitido após processo administrativo disciplinar. Após sua demissão, passou a ocupar sua vaga o igualmente servidor estável Moacir. Inconformado, José manejou ação judicial em face do Estado e comprovou que o processo administrativo que culminou com sua demissão estava eivado de graves vícios de legalidade. De acordo com o texto constitucional, invalidada por sentença judicial a demissão de José, ele será:

- (A) readaptado, e Moacir será reintegrado ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de contribuição;
- (B) reconduzido a seu cargo de origem, e Moacir será reintegrado ao cargo inicial, sem direito a indenização e, caso o cargo inicial esteja ocupado, será posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de contribuição;
- (C) posto em disponibilidade com remuneração integral, até que Moacir seja promovido e libere o cargo originariamente de José, contado seu afastamento integralmente para todos os efeitos legais;
- (D) reintegrado, e Moacir será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço;
- (E) aproveitado em outro cargo com funções e remuneração compatíveis, e Moacir terá a opção de permanecer em seu atual cargo ou voltar ao cargo de origem, mantidas as vantagens mais benéficas de ambos os cargos.

67

Maria José, servidora pública estadual ocupante do cargo de merendeira, preparou para o almoço dos alunos uma deliciosa galinha ao molho pardo. Ao servir aos alunos, Maria José informou-lhes que havia retirado todos os ossos da ave e que eles poderiam saborear a iguaria tranquilamente. Ocorre que o aluno Davidson, ao comer galinha, se engasgou com um pedaço de osso de oito centímetros, sofrendo grave lesão em órgãos do sistema digestivo superior. Em razão das lesões, Davidson ajuizou ação indenizatória por danos materiais e morais em face:

- (A) de Maria José, com base em sua responsabilidade civil objetiva, sendo necessária a comprovação do elemento subjetivo, ou seja, de ter agido com dolo ou culpa;
- (B) de Maria José e do Estado, de forma solidária, sendo necessária a comprovação de ter agido o agente público com dolo ou culpa;
- (C) do Estado, que responde pelos danos causados por Maria José ao aluno de forma subjetiva, ou seja, com a necessidade de comprovação do elemento subjetivo na conduta do agente público;
- (D) do Estado, que responde pelos danos causados por Maria José ao aluno de forma objetiva, ou seja, sem necessidade de comprovação do elemento subjetivo na conduta do agente público;
- (E) do Estado, com base em sua responsabilidade civil subjetiva, sendo necessária a comprovação da conduta ilícita, dano, nexo causal e dolo ou culpa, com base na teoria do risco administrativo.

68

De acordo com a Lei nº 8.429/92 e com a doutrina de Direito Administrativo, o ato de improbidade administrativa:

- (A) é ilícito de natureza criminal que tem como consequências a aplicação de pena privativa de liberdade e sanções de natureza político-administrativa;
- (B) somente se configura se houver efetivo dano ao erário, ou seja, se os cofres públicos tiverem algum tipo de prejuízo econômico-financeiro;
- (C) enseja a indisponibilidade de bens do agente público que se enriqueceu pela prática do ato, que pode ser decretada mediante decisão fundamentada da autoridade administrativa;
- (D) pode ser cometido também pelo particular que induza ou concorra para a prática do ato ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta;
- (E) dá azo à aplicação de sanções como cassação dos direitos políticos, perda da função pública, ressarcimento dos danos ao erário e pena privativa de liberdade.

69

O Tribunal de Justiça Estadual se prepara para construir em terreno próprio do Judiciário um novo prédio que abrigará as instalações judiciais de segundo grau de jurisdição, as de primeiro grau de jurisdição da Comarca da Capital e as de atividades administrativas. As obras de engenharia a serem contratadas têm valor estimado de um milhão e oitocentos mil reais. De acordo com a Lei nº 8.666/93, a modalidade de licitação apropriada para o caso em tela é:

- (A) convite;
- (B) tomada de preços;
- (C) concurso;
- (D) leilão;
- (E) concorrência.

70

Considerando os sucessivos escândalos de corrupção verificados em determinado Estado da Federação, a Assembleia Legislativa promulgou uma emenda à Constituição Estadual que veiculou um extenso rol de “infrações político-administrativas” passíveis de serem praticadas pelo Governador do Estado. Foi previsto que o julgamento, de natureza política, seria realizado pela Assembleia Legislativa, sendo cominadas as sanções de perda da função e inabilitação para o exercício de outra função pública. À luz da Constituição da República, é correto afirmar que essa emenda é:

- (A) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre crimes de responsabilidade e estabelecer as normas de processo e julgamento;
- (B) constitucional, pois cada Estado da Federação, por força do princípio da simetria, tem competência para dispor sobre as infrações político-administrativas afetas às suas autoridades;
- (C) inconstitucional, pois somente a Constituição da República pode veicular normas relacionadas às infrações político-administrativas;
- (D) constitucional, pois os Estados possuem delegação expressa da União para definir os crimes de responsabilidade e estabelecer as normas de processo e julgamento;
- (E) inconstitucional, pois, o Estado, na definição dos crimes de responsabilidade, a exemplo do seu processo e julgamento, deve observar o processo legislativo ordinário.

71

Ao julgar determinado recurso de apelação, uma Câmara Cível do Tribunal de Justiça entendeu que a norma estadual que embasava a pretensão do autor destoava da Constituição Federal. À luz da sistemática constitucional vigente, é correto afirmar que a Câmara Cível deveria:

- (A) realizar o controle difuso de constitucionalidade e declarar, com eficácia para o caso concreto, a inconstitucionalidade da norma estadual;
- (B) encaminhar os autos ao Tribunal Pleno para que este, realizando o controle difuso, decida sobre a constitucionalidade, ou não, da norma estadual;
- (C) realizar o controle concentrado de constitucionalidade e declarar, com eficácia *erga omnes*, a inconstitucionalidade da norma estadual;
- (D) encaminhar os autos ao Tribunal Pleno para que este, realizando o controle concentrado, decida sobre a constitucionalidade, ou não, da norma estadual;
- (E) suspender o julgamento até que o Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição, decida sobre a validade, ou não, da norma estadual.

72

Adalberto é brasileiro nato e vive há quinze anos em um determinado País da Europa. Em determinado momento, foi editada uma lei nesse País que exigia a naturalização dos estrangeiros ali residentes há mais de dez anos para que pudessem permanecer em seu território. Em razão dessa exigência, Adalberto requereu e teve deferida a nacionalidade desse País. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que Adalberto:

- (A) deve ter declarada a perda da nacionalidade brasileira por ter obtido, a partir de requerimento seu, a nacionalidade estrangeira;
- (B) somente não perderia a nacionalidade brasileira caso fosse naturalizado estrangeiro por força de lei do respectivo País, sem qualquer requerimento nesse sentido;
- (C) somente não perderia a nacionalidade brasileira se estivesse no estrangeiro, de maneira impositiva, a serviço da República Federativa do Brasil;
- (D) não perderá a nacionalidade brasileira, pois a naturalização foi imposta, pela norma estrangeira, como condição para permanência no território do respectivo País;
- (E) não perderá a nacionalidade brasileira, pois a hipótese versa sobre reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.

73

Foi editada determinada lei estadual dispondo, em seu art. 1º, que as funções de confiança poderiam ser exercidas por servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo ou em comissão. O art. 2º acresceu que no mínimo 50% dos cargos em comissão seriam ocupados exclusivamente por servidores de carreira. Por fim, o art. 3º ressaltou que os ocupantes dos cargos em comissão poderiam exercer, na hipótese de número insuficiente de servidores, atribuições próprias dos cargos de provimento efetivo. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) todos os artigos são inconstitucionais;
- (B) somente o art. 2º é inconstitucional;
- (C) somente os arts. 1º e 3º são inconstitucionais;
- (D) somente o art. 1º é inconstitucional;
- (E) somente os arts. 2º e 3º são inconstitucionais.

74

Determinada causa foi endereçada ao Tribunal Superior do Trabalho. Esse Tribunal, ao apreciá-la, entendeu que a competência para processar e julgar a causa seria de um Tribunal Regional Federal. Como esse último Tribunal entendeu que também não seria competente, suscitou conflito negativo de competência. À luz da sistemática constitucional, esse conflito deve ser apreciado pelo:

- (A) Supremo Tribunal Federal;
- (B) Superior Tribunal de Justiça;
- (C) Conselho Nacional de Justiça;
- (D) Tribunal Superior do Trabalho;
- (E) Tribunal Federal de Recursos.

75

Foi promulgada uma lei que exigia o exercício, pelo Chefe do Poder Executivo, do seu poder regulamentar. O regulamento foi editado e um grupo de cinco Deputados Federais e de cinco Senadores de oposição entendeu que ele exorbitou, em muito, a seara reservada ao regulamento, tendo chegado ao extremo de contrariar a própria lei. À luz da sistemática constitucional, a providência a ser adotada pelos parlamentares é:

- (A) ajuizar uma ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal;
- (B) representar ao Tribunal de Contas para que promova uma tomada de contas;
- (C) requerer ao Senado Federal que instaure um processo por crime de responsabilidade;
- (D) requerer à Câmara dos Deputados que suspenda os efeitos do regulamento;
- (E) requerer, ao Congresso Nacional, a sustação do ato regulamentar.

76

Duas atrizes muito conhecidas decidiram ficar nuas na praia. Um jornal de grande circulação fotografou a praia com as duas atrizes no centro e estampou a seguinte manchete: “praia convidativa no verão”. As duas atrizes entenderam que sua imagem fora explorada comercialmente e ingressaram com uma ação judicial pleiteando a reparação dos danos que sofreram. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos fundamentais na solução desse litígio, o órgão jurisdicional deve considerar que:

- (A) a liberdade de expressão, enquanto alicerce da democracia, tem sempre preferência sobre os demais direitos fundamentais;
- (B) deve ser promovida a concordância prática entre os direitos fundamentais, identificando-se aquele que deve ter preeminência consoante as circunstâncias do caso concreto;
- (C) os direitos fundamentais têm a natureza jurídica de regras, de modo que, no caso de conflito, uma delas será válida, e a outra, inválida;
- (D) o direito à honra, enquanto emanção direta dos direitos da personalidade, sempre ocupa uma posição preferente quando entra em conflito com a liberdade de imprensa;
- (E) o caráter principiológico dos direitos fundamentais exige a sua concordância prática e, quando não for possível, deve ser declarada a invalidade de um dos princípios colidentes.

77

Ao receber as contas de governo de determinado Prefeito Municipal, o Tribunal de Contas competente detectou inúmeras irregularidades. À luz da sistemática constitucional, o Tribunal de Contas deve:

- (A) julgar as contas irregulares, aplicando ao Prefeito Municipal as sanções cabíveis;
- (B) emitir parecer prévio, que pode ser acolhido ou rejeitado pela maioria simples da Assembleia Legislativa;
- (C) emitir parecer prévio, que pode ser acolhido ou rejeitado pela maioria simples da Câmara Municipal;
- (D) emitir parecer prévio, ao qual ficará vinculada a Câmara Municipal, o que resultará na rejeição das contas;
- (E) emitir parecer prévio, que somente deixará de prevalecer pelo voto de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

78

Jurema comprou uma casa de Mariana. Quando ingressou no imóvel e iniciou a arrumação de sua mudança, Jurema encontrou uma tela pintada por um artista de renome mundial, inadvertidamente deixada por quem executou a mudança de Mariana. Procurada por Mariana, Jurema recusa-se a devolver a obra de arte em questão. Sobre os fatos narrados, é correto afirmar que:

- (A) assiste razão a Jurema, pois o quadro é uma benfeitoria que segue a sorte do bem principal;
- (B) assiste razão a Jurema, pois o quadro é um produto da casa e, como tal, deve acompanhá-la;
- (C) não assiste razão a Jurema, pois o quadro, por ser uma acessão, não acompanha o bem principal;
- (D) não assiste razão a Jurema, pois o quadro, considerado pertença, não segue a sorte do bem principal;
- (E) assiste razão a Jurema, pois o quadro é um fruto do imóvel e dele pode ser destacado.

79

Carolina, com dezesseis anos de idade, comprou um ingresso para um show de rock destinado ao público da faixa etária acima dos dezoito anos. Ao ser perguntada sobre sua idade, ela declarou ser maior. Ao saber da situação, os pais de Carolina impediram que ela fosse ao show. Sobre a situação descrita, é correto concluir que:

- (A) a sociedade empresária que vendeu o ingresso para Carolina deve restituir o valor que dela recebeu em razão da sua incapacidade relativa;
- (B) trata-se de ato nulo, pois praticado por agente absolutamente incapaz sem a respectiva representação, obrigando a restituição do valor recebido pelo ingresso;
- (C) a sociedade empresária só não seria obrigada a restituir o valor pago pelo ingresso, se provado que o pagamento reverteu em favor de Carolina;
- (D) a sociedade empresária não será obrigada a restituir o valor do ingresso, pois sofreu simulação quanto a quem contratou, subsistindo o negócio dissimulado;
- (E) a sociedade empresária não será obrigada a restituir o valor, pois no ato de declaração quanto a sua idade, Carolina declarou-se maior.

80

Renata deu à luz sua filha Mariza, que, em razão de má formação na gestação, sobreviveu por algumas horas e veio a falecer pouco depois do parto. Sobre os fatos narrados, verifica-se que, com o nascimento:

- (A) com vida, Mariza adquiriu personalidade, titularizou direitos e, ao morrer, seus genitores a sucederão nos eventuais interesses;
- (B) inviável, Mariza é considerada natimorta, portanto, não adquiriu personalidade, nem titularizou direitos;
- (C) com vida, Mariza adquiriu capacidade de direito, mas não titularizou direitos subjetivos e, ao morrer, não haveria potencial sucessão;
- (D) inviável, Mariza é considerada natimorta, embora lhe seja conferida personalidade e capacidade de direito;
- (E) com vida, Mariza adquiriu personalidade, mas, em razão da inviabilidade, não adquiriu capacidade de direito.

81

Lívia e Leonardo são os pais de Luís, de 16 anos. Como presente de aniversário, os pais lhe deram uma viagem ao exterior. Entretanto, em razão da idade, certos atos jurídicos não poderiam ser praticados validamente pelo menino sem a assistência de um ou ambos os genitores. Para solucionar juridicamente a situação, apresenta-se como adequado buscar:

- (A) transferir a representação legal para algum acompanhante;
- (B) uma emancipação consensual através de instrumento público;
- (C) uma decisão judicial que constitua a emancipação do menor;
- (D) uma homologação judicial de acordo entre os genitores quanto à emancipação do menor;
- (E) a constituição de um tutor apto a assistir o menor nos atos jurídicos necessários.

82

Alessandra sofreu um 'sequestro relâmpago' e foi obrigada, sob coação moral irresistível, a realizar diversos saques de sua conta-corrente e empréstimos em seu nome. Cessados os atos de coação, é correto afirmar que Alessandra terá 4 anos de prazo:

- (A) prescricional para alegar a nulidade relativa dos atos e negócios praticados sob coação;
- (B) decadencial para alegar a nulidade absoluta dos atos e negócios praticados sob coação;
- (C) decadencial para alegar a inexistência dos atos e negócios praticados sob coação;
- (D) prescricional para alegar a inexistência dos atos e negócios praticados sob coação;
- (E) decadencial para alegar a nulidade relativa dos atos e negócios praticados sob coação.

83

A respeito do processo de conhecimento, é correto afirmar que:

- (A) quando houver previsão legal ou procuração, é possível pleitear judicialmente, em nome próprio, direito alheio;
- (B) a sentença declara a existência ou a inexistência de relação jurídica, mas excepcionalmente pode declarar fatos, como a autenticidade ou falsidade de documento;
- (C) a falta dos pressupostos processuais conduz à nulidade relativa, enquanto a ausência das condições da ação acarreta nulidade absoluta;
- (D) toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade postulatória;
- (E) verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o Juiz proferirá imediatamente sentença terminativa.

84

A opção que contém apenas recursos, conforme o sistema do Código de Processo Civil de 1973, é:

- (A) embargos infringentes, embargos de divergência e embargos de declaração;
- (B) embargos do devedor, embargos de terceiro e embargos infringentes;
- (C) embargos de declaração, embargos infringentes e embargos de terceiro;
- (D) embargos de terceiro, reclamação e embargos de declaração;
- (E) embargos de terceiro, embargos infringentes e embargos de divergência.

85

A sentença que julga matéria não compreendida pela demanda, que deixa de julgar pedido formulado pelo autor ou que confere à parte mais do que foi postulado incorre em vícios, por aplicação de um princípio fundamental do Direito Processual.

Os vícios e o princípio processual acima referidos são, respectivamente:

- (A) nulidade absoluta, nulidade relativa e irregularidade — princípio *nemo tenetur se detegere*;
- (B) *extra petita*, *retro petita* e *supra petita* — princípio da equidade;
- (C) nulidade absoluta, nulidade relativa e irregularidade — princípio da congruência;
- (D) *extra petita*, *retro petita* e *supra petita* — princípio *nemo tenetur se detegere*;
- (E) *extra petita*, *citra petita* e *ultra petita* — princípio da congruência.

86

Considerando o disposto no Código de Processo Civil de 1973, é correto afirmar que:

- (A) há litispendência quando ajuizada ação com as mesmas partes, causas de pedir e pedidos que outra já em curso, devendo ser extinto o processo sem resolução de mérito, desde que a matéria seja alegada tempestivamente como preliminar de contestação;
- (B) há coisa julgada quando ajuizada ação com as mesmas partes, causas de pedir e pedidos que outra já decidida por sentença, de que não caiba recurso sem efeito suspensivo;
- (C) o compromisso arbitral é matéria cognoscível de ofício, tendo em vista que envolve matéria de ordem pública alusiva à competência absoluta;
- (D) havendo conexão ou continência, o Juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pode ordenar a reunião de ações propostas em separado;
- (E) as ações são conexas quando lhes for comum o objeto e a causa de pedir.

87

Um Juízo com competência em matéria de Fazenda Pública da Capital condenou o Estado do Piauí ao pagamento, em favor de um servidor público, de diferenças remuneratórias referentes ao quinquênio anterior ao ajuizamento da demanda, conforme fosse apurado posteriormente. Após o trânsito em julgado, a parte vencedora formulou requerimento de cumprimento de sentença para haver o pagamento da verba.

Nesse caso, o Juiz competente deverá:

- (A) intimar a parte executada, mediante publicação no Diário Oficial, para cumprimento da obrigação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa;
- (B) indeferir o requerimento, tendo em vista que o título executado não cumpre o requisito da liquidez;
- (C) citar a parte executada para oferecer embargos no prazo legal, sob pena de expedição de precatório ou requisição de pequeno valor;
- (D) indeferir o requerimento, tendo em vista que o título executado não cumpre o requisito da certeza;
- (E) intimar a parte executada, pessoalmente, para cumprimento da obrigação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa.

88

Sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, é correto afirmar que:

- (A) a Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção relativa de certeza e liquidez;
- (B) apenas os créditos da Fazenda Pública de natureza tributária podem ser inscritos em Dívida Ativa para fins de cobrança por execução fiscal;
- (C) o Termo de Inscrição em Dívida Ativa deve indicar o valor dos juros e dos encargos;
- (D) não é possível a cobrança, por meio de execução fiscal, de dívidas de pequeno valor, devendo o feito ser extinto de ofício pelo Juiz;
- (E) a substituição ou emenda da Certidão de Dívida Ativa é admitida até a citação do devedor.

89

Os Juizados Especiais são previstos pela Constituição, em seu art. 98, I, como competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade. Segundo a Lei nº 9.099/1995, o processo perante os Juizados Especiais Cíveis é orientado, dentre outros, pelo seguinte princípio:

- (A) escritura;
- (B) desconcentração dos atos processuais;
- (C) oralidade;
- (D) formalidade;
- (E) não imediação na produção probatória.

90

José impetrou mandado de segurança em face do diretor de uma sociedade empresarial privada concessionária de serviço público. Considerando essa hipótese e o disposto na Lei nº 12.016/2009, é correto afirmar que:

- (A) o mandado de segurança deverá ser liminarmente extinto, por não ser cabível a impetração em face de diretor de pessoa jurídica de direito privado;
- (B) se o direito invocado pelo impetrante couber a várias pessoas, o mandado de segurança deverá ser liminarmente extinto, em razão do litisconsórcio ativo necessário;
- (C) se o ato atacado for de gestão comercial, o mandado de segurança deverá ser liminarmente extinto, por não ser cabível o *writ*;
- (D) o mandado de segurança deverá ser liminarmente extinto, por não figurar no polo passivo também o Poder Público concedente;
- (E) caso seja cabível recurso administrativo sem efeito suspensivo em face do ato atacado, o mandado de segurança deverá ser liminarmente extinto, por não ser cabível o *writ*.

91

Sobre as ações coletivas, é correto afirmar que:

- (A) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político;
- (B) o inquérito civil é condição de procedibilidade da ação civil pública;
- (C) a ação civil pública não pode ser ajuizada por empresa pública ou sociedade de economia mista;
- (D) a ação popular é espécie de ação coletiva cuja legitimidade ativa é conferida a qualquer cidadão;
- (E) não é admissível o litisconsórcio nas ações civis públicas.

92

Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral abaixo elencados, o único que admite a modalidade culposa é:

- (A) peculato;
- (B) concussão;
- (C) corrupção passiva;
- (D) prevaricação;
- (E) advocacia administrativa.

93

Equipara-se a funcionário público, para os efeitos penais, quem exerce cargo, emprego ou função em:

- (A) órgão público da administração direta;
- (B) massa falida;
- (C) entidades sindicais;
- (D) administração de hospital privado credenciado pelo governo;
- (E) entidade paraestatal.

94

O delito de ordenação de despesa não autorizada (artigo 359-D do CP) é apenado com:

- (A) detenção;
- (B) reclusão;
- (C) multa;
- (D) detenção e multa;
- (E) reclusão e multa.

95

NÃO constitui crime praticado por funcionário público contra a administração em geral:

- (A) excesso de exação;
- (B) violência arbitrária;
- (C) abandono de função;
- (D) corrupção ativa;
- (E) violação de sigilo funcional.

96

NÃO corresponde a um dos meios de obtenção de prova previstos na Lei nº 12.850/2013:

- (A) afastamento do sigilo fiscal;
- (B) interceptação de comunicações telemáticas;
- (C) afastamento do sigilo financeiro;
- (D) acesso a registros de ligações telefônicas;
- (E) entrega vigiada.

97

No que pertine aos recursos no processo penal, é correto afirmar que:

- (A) o Ministério Público, o querelante e o assistente de acusação podem desistir do recurso interposto;
- (B) o Código de Processo Penal não prevê hipóteses de "recurso obrigatório" (reexame necessário);
- (C) a interposição de um recurso por outro prejudica a faculdade processual da parte;
- (D) a decisão dos recursos fundados em fatores subjetivos aproveitará aos demais agentes que atuaram em concurso;
- (E) o assistente de acusação não dispõe de legitimidade para a interposição de recursos.

98

O crime que admite a decretação de prisão temporária, quando observados os demais requisitos legais, é:

- (A) homicídio privilegiado;
- (B) epidemia culposa;
- (C) adulteração de substância medicinal;
- (D) envenenamento de substância alimentícia;
- (E) tortura.

99

Em relação à lei que dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas (Lei nº 12.694/2012), é correto afirmar que:

- (A) a instauração do colegiado deverá ser comunicada ao órgão correicional;
- (B) o colegiado será formado pelo juiz do processo e por dois outros juízes tabelares;
- (C) o Tribunal de Justiça poderá instaurar o colegiado, indicando os motivos e as circunstâncias de risco à integridade física;
- (D) as reuniões deverão ser sigilosas sempre que houver risco para a eficácia da medida processual a ser decretada;
- (E) a competência do colegiado inicia-se no ato para o qual foi convocado, estendendo-se até a prolação da sentença.

100

No processo comum ordinário, o conhecimento do ato judicial que determina o comparecimento do réu para exame de dependência toxicológica ocorre por:

- (A) citação;
- (B) intimação;
- (C) notificação;
- (D) requisição;
- (E) condução.

Realização

